

Apresentação

As múltiplas crises do internacional: transição, hegemonia e resistência nas ruínas da ordem global

Editores:

Carolina Moulin¹

Daniel Maurício de Aragão²

O processo histórico de construção de uma visão hegemônica de mundo, centrada inicialmente no internacionalismo liberal e, mais recentemente, no globalismo neoliberal, encontra-se em crise. Trata-se de um período marcado por perplexidades e por uma compreensão dificultada do presente, o que impõe desafios inclusive às possibilidades de crítica e resistência. Nesse contexto, emergem questões centrais: como compreender o mundo e as relações internacionais em um período de transição caracterizado pela superposição de crises? Como formular críticas e oferecer resistência diante de uma ordem política e econômica que aparenta ruir internamente? Quais particularidades das crises contemporâneas impactam as interpretações acerca do internacional, do global ou do mundial?

1 PhD, McMaster University. Atualmente, Professora do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora da Cadeira Sergio Vieira de Mello para Refugiados da UFMG/ACNUR. Email: (cmoulin@cedeplar.ufmg.br).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4176-2234>.

2 Doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor Associado da Universidade Federal da Bahia – UFBA, onde atua entre outros como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Email: (daniel.aragao@ufba.br).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4981-1798>.

“O velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”. A frase de Antonio Gramsci, tema do IX Encontro da ABRI em 2023, revela o espírito do tempo presente e as inquietações e incertezas que perpassam a análise da ordem internacional contemporânea. Múltiplas ‘patologias de crise’ – guerras, epidemias, catástrofes ambientais, genocídios, desigualdades aprofundadas, populismos reacionários e fissuras nas formas democráticas de governo, para citar apenas algumas – têm reverberado um sentimento de “fim de mundo”. Esses sintomas mórbidos resvalam nas dificuldades das estruturas e instituições globais, erigidas na esteira do projeto moderno liberal, de se adaptarem e, no limite, se reinventarem em outros termos diante das demandas das sociedades atuais, face ao capitalismo financeirizado, às transformações na relação entre ordens internacionais, formas de Estado e forças sociais (Cox 1981) e diante da crise de hegemonia do neoliberalismo (Fraser 2020).

Nesse contexto, a ideia de “fim de mundo” não está mais essencialmente vinculada ao temor de uma guerra nuclear, como ocorreu em determinados momentos da história, notadamente no início da década de 1980, durante o recrudescimento da Guerra Fria. A crise contemporânea atinge, de maneira mais profunda, o próprio projeto liberal que, ao final da Guerra Fria, foi consagrado como um modelo supostamente consensual e globalizado. Sua vertente mais radical, o neoliberalismo – implementado em escala global a partir da década de 1990 – desempenhou papel significativo na gestação dessa crise. Ainda que se possa argumentar em favor da tese de uma crise terminal do capitalismo, o sistema demonstra contínua capacidade de reinvenção, reafirmando-se como uma estrutura “sem alternativas”. Essa resiliência, contudo, tem exigido, com frequência crescente, a adoção de políticas de cunho autoritário, sobretudo quando se rompem os frágeis consensos que sustentavam a ordem liberal. Nesse processo, as próprias elites dos Estados centrais têm contribuído para a desconstrução das bases institucionais da ordem internacional liberal, negligenciando agendas políticas anteriormente mobilizadas para justificar, sob a retórica da cooperação e da interdependência, a acumulação e a exploração em escala global.

A análise das crises no sistema internacional constitui elemento central nos estudos de Relações Internacionais. Um dos marcos fundacionais do campo,

o livro *Vinte Anos de Crise*, de Edward Carr, ilustra essa preocupação. Para os teóricos realistas, as crises estão historicamente associadas à desestabilização da balança de poder, aos processos de transição hegemônica e aos fatores que levam os Estados a se envolverem em conflitos armados. Essa abordagem reducionista foi contestada por autores comprometidos com leituras ancoradas no liberalismo, este baseado em pilares que, atualmente, encontram-se em profunda contestação: instituições internacionais e regionais, o modelo de democracia liberal, o direito internacional, a integração regional e a governança global, entre outros. Vale destacar, entretanto, que essas instituições guardam uma relação estreita com os períodos de crise, transição e transformação nos sistemas econômicos e industriais. Como já observava Murphy:

The recent crises of international institutions and of the world economy also have their early analogues. Each generation of world organizations began a decade or so before a long period of crises, and its key economic institutions appeared only at the end of the crisis, often after years of war involving the great powers and after years of economic malaise (Murphy 2005, 35).

Para além das abordagens convencionais, outras correntes contemporâneas das Relações Internacionais têm se dedicado ao debate sobre as crises. Destacam-se, como exemplos, o engajamento da perspectiva neogramsciana de Stephen Gill com a crise orgânica e estrutural do capitalismo e da civilização de mercado — particularmente em sua vertente neoliberal —, na coletânea por ele organizada intitulada *Global Crisis and the Crisis of Global Leadership* (Gill 2012); e a análise da exclusão das mulheres nos estudos sobre crises internacionais, especialmente a crise financeira de 2008, realizada pela autora feminista Cynthia Enloe, no livro *Seriously! Investigating Crashes and Crises as if Women Mattered* (Enloe 2013). Ao tratar da crise orgânica como a convergência de múltiplas crises — ainda que distintas — com tendência à intensificação, Gill argumenta que tais crises “*are located not only within political economy but also in ethics, law, society, culture and ecology – and they call into question the prevailing models of global development and governance*” (Gill 2012, 1). Por sua vez, Enloe, com base em estudos de caso, busca ressaltar a importância das análises produzidas por mulheres sobre as múltiplas dimensões das crises, bem como recuperar o lugar ocupado por elas

nesses contextos, observando suas contribuições para as soluções — ainda que, frequentemente, os homens presumam que serão eles os responsáveis por encontrar as respostas (Enloe 2013).

A húbriis do projeto da modernidade liberal — intensificada pelos fracassos do neoliberalismo, pelos retrocessos em termos de democracia e direitos humanos, pela reemergência do autoritarismo e do conservadorismo, pelas recorrentes crises de acumulação de capital, pelas promessas não cumpridas de integração regional e globalização, além de conflitos, guerras e pandemias — transforma-se em uma crise orgânica que explicita a dificuldade de reação por parte dos Estados e das organizações internacionais. Simultaneamente, formas de resistência e mobilização revelam brechas e possibilidades de reorganização, ainda que provisórias. Dos protestos globais às ocupações, passando por *hashtags* e táticas efusivas de mobilização, emergem configurações alternativas para as relações entre ordem e justiça, violência e poder, representação e política, bem como entre o local e o internacional — implicações estas que desafiam as formas tradicionais de caracterização nos estudos de Relações Internacionais.

Dessa maneira, a crise e suas múltiplas abordagens e dimensões constituem tanto um elemento intrínseco ao campo das Relações Internacionais quanto um componente essencial da experiência humana e intelectual deste presente histórico — urgente e conturbado — da década de 2020. É nesse duplo pertencimento, disciplinar e conjuntural, que a *Carta Internacional* propõe a leitura dos textos deste volume especial. Os desafios analíticos levantados na chamada para este dossiê seguem em processo de aprofundamento, em uma conjuntura marcada pela eleição de Donald Trump para um segundo mandato (não consecutivo) como presidente dos Estados Unidos da América — ainda a principal potência mundial — em novembro de 2024, fato que sinaliza para a aceleração e o agravamento das crises do internacionalismo neoliberal nos anos vindouros.

Três grandes temas estruturam as contribuições deste volume especial. O primeiro diz respeito à **relação entre as fissuras na arquitetura do sistema internacional liberal, consolidado após a Segunda Guerra Mundial, e as transformações de um de seus pilares centrais: a concepção — e as práticas dela derivadas — de democracia liberal**. Em escala global, a crise do liberalismo internacionalista está profundamente conectada ao enfraquecimento das

democracias nacionais, cujos efeitos se projetam também sobre os âmbitos regional e internacional.

Aleksandro Eugenio Pereira argumenta que a crise da ordem internacional liberal não pode ser compreendida de forma isolada, pois está diretamente vinculada à crise das democracias liberais no plano doméstico. A articulação entre os níveis nacional e internacional é, portanto, essencial para entender a natureza e as implicações dessa crise sistêmica. Em um panorama dos últimos setenta anos da ordem internacional, o autor destaca a centralidade da democracia representativa e dos valores liberais como fundamentos estruturantes. A partir dos anos 1990, porém, observa-se o fortalecimento da autoridade das organizações internacionais (OIs), sem que isso tenha sido acompanhado por um aumento proporcional de sua legitimidade junto às sociedades civis. Esse descompasso, segundo Pereira, contribuiu para a crescente insatisfação popular, especialmente em contextos marcados por crise econômica, polarização política e ascensão do populismo autoritário. O artigo dialoga com autores como Przeworski, Levitsky e Ziblatt, Mounk, Norris e Inglehart para mapear os sintomas do enfraquecimento democrático, entre eles: a perda de força dos partidos tradicionais, a erosão de normas institucionais, a ascensão de lideranças populistas de direita e o declínio da confiança pública nas instituições. Tais fenômenos, embora mais visíveis nas democracias centrais, também se manifestam no Sul Global, o que demanda abordagens mais situadas, como sugerem Miguel (2022) e Conci & Campos (2022). Na sequência, o artigo examina os diagnósticos oferecidos por John Ikenberry e John Mearsheimer sobre a crise da ordem liberal. Ikenberry, do campo liberal, entende a ordem como uma construção institucional voltada à cooperação por meio de regras e normas. Já Mearsheimer, realista, a interpreta como reflexo dos interesses das grandes potências, em especial os dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria. Ambos, entretanto, reconhecem que a erosão das democracias nacionais, a desigualdade social e o avanço do populismo comprometem diretamente a legitimidade e a estabilidade dessa ordem.

Sob essa ótica, Maria Noel Dussort contribui ao volume com uma análise da Índia sob o governo do Bharatiya Janata Party (BJP), durante o segundo mandato de Narendra Modi (2019–2024). Para a autora, as transformações políticas internas no país refletem um processo mais amplo de reconfiguração da democracia liberal em escala global. A Índia torna-se, assim, um microcosmo da crise do ordenamento

liberal, marcada pelo declínio da hegemonia ocidental e pela ascensão de projetos políticos de ultradireita. No plano interno, Dussort observa como o nacionalismo hindu — estruturado a partir da ideologia Hindutva — tem enfraquecido os fundamentos do pluralismo democrático. Políticas promovidas pelo BJP têm afetado a laicidade do Estado, restringido liberdades civis, perseguido minorias religiosas e comprometido a independência de instituições, como o Judiciário. Embora o processo eleitoral continue vigente, o aumento da concentração de poder e a erosão das liberdades fazem com que o regime seja recategorizado como “democracia iliberal” ou mesmo “democracia étnica”. No campo da política externa, o texto mostra como a Índia tem abandonado a postura histórica de não-alinhamento em favor de uma estratégia de “multialinhamento”. Isso inclui relações com diferentes centros de poder — inclusive regimes autoritários — priorizando os interesses nacionais sobre compromissos ideológicos liberais. A neutralidade frente à guerra na Ucrânia e o apoio parcial a Israel no conflito em Gaza são exemplos dessa postura pragmática. Ainda assim, a Índia não se opõe ao multilateralismo nem ao liberalismo econômico global. Dussort argumenta, por isso, que o BJP não deve ser classificado como antiglobalista, uma vez que tem se beneficiado de fóruns como o G20, liderando pautas do Sul Global e promovendo, por exemplo, a inclusão da União Africana no grupo. A autora conclui que o BJP não representa um desvio pontual, mas sim um reflexo da conjuntura internacional atual, em que a crise da democracia liberal e o declínio do poder ocidental impulsionam pactos sociais excludentes. A Índia, nesse sentido, é tanto consequência quanto agente dessa transição.

Voltando-se à América Latina, Mariana Andrade e Barros analisa como a região se relaciona com a democracia liberal — não apenas como uma imitadora do modelo ocidental, mas como uma região que possui agência própria, capaz de reinterpretar, aplicar ou contestar os valores do liberalismo político. A autora defende que a América Latina deve ser entendida como um espelho das tensões globais que atravessam a ordem liberal, participando ativamente de sua construção e crise. Desde o século XIX, a região incorporou ideias liberais em suas constituições e projetos institucionais, antecipando, em certos momentos, discussões que só mais tarde ganhariam centralidade nos países do Norte Global — como no caso da Carta da Jamaica (1815) ou do Congresso Anfictiônico do Panamá (1826).

Durante a Guerra Fria, a relação da América Latina com o liberalismo político tornou-se ambígua: a presença de ditaduras militares – muitas vezes apoiadas pelos Estados Unidos – expôs a seletividade na aplicação dos princípios democráticos. Mesmo com discursos formais em defesa da democracia, o apoio externo a regimes autoritários comprometeu a coerência da ordem liberal na região. Com o fim da bipolaridade e os processos de redemocratização nos anos 1990, a maioria dos países latino-americanos adotou reformas que fortaleciam o liberalismo político, reforçando instituições representativas. Nos anos 2000, no entanto, a ascensão da chamada “onda rosa” marcou um ponto de inflexão. Vários governos de esquerda passaram a criticar os fundamentos da ordem liberal, especialmente seu viés econômico. Barros aponta que países como Brasil, Uruguai e Chile mantiveram compromisso com as normas liberais, enquanto outros, como Venezuela e Bolívia, adotaram posturas mais contestatórias, promovendo o chamado “novo constitucionalismo” – baseado na participação direta e no fortalecimento do poder presidencial. A autora identifica ainda uma nova fase nas últimas décadas, marcada pela emergência da extrema direita na região. Líderes como Jair Bolsonaro (Brasil), Javier Milei (Argentina) e Nayib Bukele (El Salvador) adotaram posturas abertamente antiliberais, atacando instituições democráticas, questionando processos eleitorais e promovendo agendas conservadoras. Embora mantenham afinidade com o liberalismo econômico, suas práticas políticas colocam em xeque os pilares do liberalismo político, contribuindo para o aprofundamento da crise da ordem liberal tanto no plano doméstico quanto internacional. A América Latina, portanto, revela uma diversidade de experiências políticas que ora reafirmam, ora desafiam os princípios do liberalismo. Essa ambivalência evidencia o papel ativo da região tanto na consolidação quanto na crítica da ordem internacional liberal. Em vez de ser vista como um espaço periférico, a região deve ser considerada um observatório privilegiado das disputas contemporâneas em torno da democracia e da governança internacional.

O segundo tema abarcado pelo dossiê reflete os **impactos da referida crise sobre o institucionalismo multilateral**, em especial sobre organismos internacionais e regionais que formam parte significativa da institucionalidade da sociedade internacional erguida no pós-Segunda Guerra. As instituições internacionais serviram de sustentáculo à formulação e disseminação dos

valores e princípios fundacionais do liberalismo internacionalista, operando ao mesmo tempo como arenas e atores na constituição e reprodução da ordem internacional do século XX. Ademais, tais instituições refletiram, em grande medida, as tensões e contradições do próprio projeto liberal, com efeitos diretos sobre sua eficácia, sobre a aquiescência dos atores internacionais e sobre a sua efetiva capacidade em produzir padrões de ordenação sistêmicos (e, no limite, menos desiguais) nas relações internacionais. Por óbvio, sintomas da crise atual reverberam e alteram os parâmetros analíticos e de comportamento desses atores, demonstrando, por um lado, a resiliência das instituições e, de outro, suas vulnerabilidades patológicas.

Luisa Giannini e Derek Creuz lançam luz sobre essas tensões ao analisar a trajetória do Tribunal Penal Internacional (TPI), argumentando que a organização vive uma crise estrutural dupla que decorre das próprias contradições do sistema jurídico internacional. Propõem que o TPI está inserido em uma ordem liberal que simultaneamente sustenta e limita sua atuação, tornando suas crises inevitáveis. Segundo os autores, o TPI, desde sua criação, tem sido marcado por controvérsias, fracassos processuais, conflitos com grandes potências e percepções de parcialidade, especialmente na relação com países africanos. Casos como os de Lubanga, Al Bashir, Bemba, Gbagbo e a condução de investigações em contextos como Afeganistão e Palestina demonstraram as dificuldades recorrentes da Corte em cumprir seu mandato de forma consistente e equitativa. As frequentes acusações de seletividade, ineficácia e politização expõem uma tensão constante entre as expectativas normativas da justiça internacional e os limites impostos pela realidade geopolítica. Do ponto de vista analítico, a contribuição sugere que essas crises devem ser entendidas como parte de uma “normalidade aporética” da ordem jurídica internacional liberal – ou seja, uma condição estrutural em que o direito internacional oscila entre os polos da utopia normativa e da apologia soberana. O TPI, como produto dessa ordem, é simultaneamente portador de ideais universalistas de justiça e instrumento de um sistema que reproduz desigualdades e relações de poder assimétricas. Apontam, assim, para uma crise dupla enfrentada pelo TPI. A primeira, de desenho institucional, está relacionada à percepção de que a Corte serve aos interesses do Ocidente, aplicando seletivamente a justiça penal internacional, especialmente contra países do Sul Global. A segunda, de prática política, emerge

quando o TPI desafia interesses de potências ocidentais, o que provoca reações adversas e tentativas de deslegitimar a Corte. Em ambos os casos, a legitimidade do tribunal é colocada em xeque, revelando sua vulnerabilidade e dependência do contexto político internacional. Ao explorar essas dimensões, o artigo mostra que a crise do TPI é reflexo direto da crise mais ampla da ordem internacional liberal, que enfrenta crescentes desafios em um mundo multipolar. A Corte, ao tentar afirmar sua autoridade jurídica, se vê enredada em disputas políticas que enfraquecem sua eficácia e ampliam o ceticismo em relação à imparcialidade e à universalidade da justiça internacional. Os autores concluem que, embora a crise pareça inevitável, o TPI não está condenado ao fracasso. Sua sobrevivência e relevância dependerão de sua capacidade de reconhecer e navegar sua própria natureza política, ajustando suas práticas para fortalecer sua legitimidade e responder de forma mais equitativa às demandas por justiça global.

Um dos papéis fundamentais da ordem internacional liberal foi o de modular os esforços de institucionalização também em nível regional, tais como a emergência e expansão de blocos econômicos. Não obstante, muitos dos elementos sistêmicos de desigualdades e injustiças nas relações entre centro e periferia permaneceram incrustados nesses processos institucionais. Assim, como argumentam Andrea Califano e Rafael da Silva, nesse volume, longe de promover uma ruptura com o padrão de acumulação do capitalismo avançado e com a lógica colonial que estrutura o sistema internacional, as iniciativas de integração regional como o Mercosul permaneceram subordinadas e limitadas pelo liberalismo vigente, incapazes de adotar uma abordagem estrutural e contra hegemônica, que levasse em conta as dinâmicas históricas de dependência, subordinação e luta de classes. Partindo de uma perspectiva estrutural e histórica, os autores analisam criticamente a trajetória do Mercosul sob a ideia de “integração desintegradora”. Diferentemente das abordagens tradicionais que se focam em mudanças institucionais ou ideológicas nos países-membros, propõem uma leitura baseada no materialismo histórico-dialético, considerando a continuidade sistêmica do capitalismo global e a colonialidade como fatores estruturantes que limitam as possibilidades de uma integração regional verdadeiramente autônoma na América Latina. Sustentam a que o padrão de acumulação capitalista dominante na globalização – especialmente o neoliberalismo – condicionou profundamente a integração latino-americana. Este padrão definiu os contornos

do possível dentro do regionalismo, subordinando os Estados periféricos à lógica do capital transnacional e reproduzindo assimetrias históricas. Nesse contexto, o Mercosul não escapou à lógica da colonialidade, perpetuando relações desiguais entre os países-membros e reforçando estruturas de dominação interna, como o racismo estrutural e a exclusão de setores sociais populares.

A análise também evidencia que a globalização não enfraquece os Estados nacionais de forma homogênea, mas intensifica a hierarquia entre eles, beneficiando as economias centrais e aprofundando a dependência dos países latino-americanos. As elites locais, muitas vezes aliadas ao capital estrangeiro, atuam como agentes de reprodução dessa ordem, o que inviabiliza projetos regionais que busquem uma transformação social profunda. Assim, a integração promovida pelo Mercosul se torna funcional ao avanço da globalização neoliberal, servindo mais à liberalização dos mercados do que à construção de autonomia regional. A noção de “integração desintegradora” revela o paradoxo do bloco: ao invés de promover coesão, a integração aprofunda desigualdades entre os países e fragiliza as capacidades dos Estados de responder às demandas sociais internas. As iniciativas sociais e institucionais, como as declarações sociolaborais ou a promoção de políticas inclusivas, são frequentemente não vinculantes, demonstrando o baixo impacto político frente aos interesses das frações dominantes do capital.

O terceiro e último tema que organiza as contribuições do dossiê se refere aos **horizontes futuros, ao campo das possibilidades abertas e negligenciadas que as crises impõem às estruturas sociais**. Isso diz respeito às reconfigurações da “paisagem” configurada pelos processos de subjetivização nas relações internacionais e das condições por ela colocadas para uma intervenção sobre e para o mundo. Nessa esfera, os elementos constitutivos da crise da ordem internacional, expostos pelos autores do dossiê, se encontram com a finitude e os limites das próprias condições de habitabilidade desse mundo presente, expostas pelo colapso climático, por uma economia do desastre e pelo esgotamento dos mecanismos convencionais de sua compreensão, inclusive daqueles provenientes do nosso campo disciplinar. Mesmo supostas inovações articuladas à resposta para referidas crises, como a questão climática, parecem operar como caixas de ressonância de uma ordem que, na esteira de Gramsci, já é por demais velha. Nessa linha, Terra Budini et al. discutem criticamente

o papel dos atores não-estatais na governança climática global, com foco na contradição entre o consenso internacional sobre a transição energética e os conflitos ambientais vivenciados localmente, especialmente na América do Sul. Esse suposto consenso global em torno da atuação não-estatal seria, na verdade, fruto da hegemonia dos interesses corporativos, que invisibilizam os conflitos e desigualdades enfrentadas por comunidades locais e povos indígenas afetados pelas políticas de transição energética.

Ao focar especificamente na transição energética, os autores argumentam que esta se tornou o centro do financiamento climático internacional e do discurso hegemônico sobre soluções para a crise climática. Entretanto, essa centralidade tem sido moldada por interesses corporativos que priorizam soluções técnicas e de mercado – como a mineração de minerais estratégicos, a exemplo do lítio –, sem considerar seus impactos sociais e ambientais. Esse processo é descrito como uma “captura corporativa” da agenda climática, em que termos como “transição justa” são esvaziados de sentido e apropriados por empresas para legitimar práticas extrativistas. Analisam, para consubstanciar o argumento, conflitos ambientais no chamado Triângulo do Lítio – Argentina, Bolívia e Chile – com base em seis estudos de caso mapeados pelo Atlas de Justiça Ambiental. Esses conflitos revelam violações de direitos humanos, falta de consulta prévia às comunidades indígenas, escassez hídrica, impactos ambientais irreversíveis e fragmentação social causada pelas promessas e compensações econômicas oferecidas pelas empresas mineradoras. Apesar de invisibilizados nos fóruns internacionais, esses conflitos são marcados por forte resistência local, com organização de assembleias comunitárias, protestos e articulação de redes de apoio. Ao trazer à tona essas contradições, propõem uma leitura crítica das escalas de governança do clima, demonstrando que o consenso global e os conflitos locais não são opostos, mas elementos mutuamente constitutivos de uma mesma dinâmica global. O discurso técnico e apolítico da transição energética, promovido nos espaços de governança climática internacional, sustenta a manutenção de práticas extrativistas e relações desiguais no Sul Global.

Ao denunciar a superficialidade das soluções baseadas em mercado, os autores criticam a ausência de representatividade dos povos afetados e propõem uma análise multiescalar que evidencie os conflitos e promova uma governança climática mais justa, inclusiva e sensível às realidades locais. Contribuem, assim,

para o debate sobre os limites da governança climática atual e a necessidade de alternativas mais equitativas e democráticas. Em conclusão, terminam no ponto onde o investimento intelectual da área deve começar: a construção de novas gramáticas teóricas e conceituais, situadas nos contextos geohistóricos por nós habitados, erguidas sob as ruínas das múltiplas crises que compõem, senão hoje, talvez desde sempre, a natureza das relações internacionais.

Referências

- Carr, Edward. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- Cox, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millenium Journal of International Studies*, V. 10, N. 2, 1981.
- Enloe, Cynthia H. *Seriously! Investigating Crashes and Crisis as if Women Mattered*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2013.
- Fraser, Nancy. *O Velho Está Morrendo e o Novo Não Pode Nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- Gill, Stephen. Leaders and led in an era of global crises. In: GILL, Stephen (Ed.) *Global Crises and the Crisis of Global Leadership*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- Murphy, Craig N. *Global Institutions, Marginalization, and Development*. New York: Routledge, 2005.